



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## **INTERPELAÇÃO ORAL**

### **Concurso para a concessão de licenças de jogo**

O Governo publicou, recentemente, a lista provisória das seis concessões do jogo, e as actuais seis concessionárias conseguiram, sem sobressaltos, a respectiva licença, portanto, acredita-se que os resultados do concurso vão contribuir para a estabilidade social e a transição dos trabalhadores sem perturbações, reduzindo-se assim as incertezas. Os novos contratos do jogo vão entrar em vigor no próximo ano, e isto está directamente relacionado com a artéria vital da economia da RAEM, o bem-estar da população em geral e a subsistência dos trabalhadores do sector do jogo. O que me preocupa mais é como, através das cláusulas dos novos contratos de concessão, se pode promover o desenvolvimento global da sociedade, especialmente atendendo a que nos últimos anos o ambiente económico e de emprego não foi favorável. Por outro lado, muitos trabalhadores do sector do jogo estão preocupados com a possibilidade de serem despedidos, de os seus salários e regalias serem reduzidos, ou de serem obrigados a aposentar-se antecipadamente, portanto, como é que se pode salvaguardar, através de políticas, o emprego e os direitos e interesses laborais dos trabalhadores do sector do jogo, é algo que merece a nossa atenção.

Logo no início da abertura do concurso, o Governo afirmou que, aquando da selecção dos concorrentes e da avaliação das propostas, os “planos de exploração de mercados de visitantes estrangeiros”, os “benefícios que podem advir para Macau, resultantes dos investimentos em projectos do jogo e não-jogo” e as “responsabilidades sociais a assumir” vão ser factores importantes a considerar. Após



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

a divulgação do resultado do concurso, sublinhou ainda que as concessionárias têm de assegurar a estabilidade de emprego dos trabalhadores locais, a exploração do mercado externo e o desenvolvimento de projectos não relacionados com o jogo como requisitos necessários. A sociedade está atenta aos indicadores, directrizes e princípios concretos, para o desenvolvimento do sector do jogo ter em conta os interesses gerais da sociedade e para os residentes e os trabalhadores partilharem dos frutos do desenvolvimento deste sector.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. No que diz respeito ao emprego e à garantia laboral, o número de postos de trabalho no sector do jogo tem vindo a diminuir, perante a epidemia, o que deixa muitos trabalhadores preocupados com a possibilidade de as políticas de recursos humanos das concessionárias serem ainda mais restritivas após a concessão das licenças. Mais, muitos trabalhadores dos casinos satélite preocupam-se se os casinos onde trabalham continuam ou não a operar. A nova Lei do jogo prevê que as concessionárias devem garantir os direitos e interesses laborais, nomeadamente, os de garantia de créditos laborais, formação em serviço e ascensão profissional dos trabalhadores locais, bem como o regime de previdência vocacionado para proteger os empregados. Como é que o Governo vai concretizar essa política? De que mecanismos dispõe para exigir às concessionárias que garantam o emprego e os direitos laborais dos trabalhadores locais, e que concretizem a localização dos seus trabalhadores e aumentem a percentagem dos trabalhadores locais nos cargos de gestão a médio e alto nível e nos diversos postos, criando mais oportunidades de emprego para a sociedade? Vai ainda exigir às concessionárias a elaboração de



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

planos de promoção dos trabalhadores locais, para estes poderem ter uma visão mais clara sobre as suas perspectivas de desenvolvimento no sector em causa.

2. Quanto às outras responsabilidades sociais, a nova Lei do jogo estipula ainda que as concessionárias devem assumir responsabilidades sociais empresariais, como a contratação de indivíduos portadores de deficiências ou reabilitados; o apoio ao desenvolvimento das PME locais e ao desenvolvimento da diversificação das indústrias locais; o apoio às actividades de interesse público e às de cariz educativo, científico e tecnológico, de protecção ambiental, cultural e desportivo, entre outros. Assim, como é que o Governo vai permitir que as concessionárias concretizem as cláusulas relativas às responsabilidades sociais nos contratos de concessão? Vai criar critérios para se inteirar, de forma objectiva, da situação de execução das diversas concessionárias do jogo?

3. Segundo o Governo, as operadoras de jogo foram instadas a explorar, de forma activa, os mercados de visitantes estrangeiros. Quanto aos elementos não relacionados com o jogo exigidos no contrato de concessão, abrangem, essencialmente, espectáculos, eventos desportivos, artes e cultura, turismo médico, turismo comunitário, indústria da saúde e indústria cultural e, além disso, exige-se a criação de projectos simbólicos, entre outros. O Governo tem algum plano de investimento em concreto?

17 de Outubro de 2022

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Leong Sun lok**